21441	lote 12				
	Santa Bárbara Eng. S/A	estimativo	222.083,33		
21324	lote 2				
	Schahin Eng. S/A	global	500.000,00		
21329	lote 2				
	Schahin Eng. S/A	global	250.000,00		
21350	V.Nilo				
	Schahin Eng. S/A	global	501.272,46		
21355	V.Nilo				
	Schahin Eng. S/A	estimativo	148.727,54		
21366	V.Nilo				
	Schahin Eng. S/A	global	2.313.565,21		
21368	V.Nilo				
	Schahin Eng. S/A	estimativo	686.434,79		
21450	lote 14				
	Schahin Eng. S/A	global	550.000,00		
21453	lote 14				
	Schahin Eng. S/A	global	275.000,00		
21455	lote 14				
	Schahin Eng. S/A	estimativo	165.000,00		
21123	aux.transporte - 02/09				
	Serv.Sec.Municipal de Habitação	estimativo	31.775,16		
21127	vale.alimentação - 02/09				
	Serv.Sec.Municipal de Habitação	estimativo	56.791,11		
21125	aux.refeição - 02/09				
	Serv.Sec.Municipal de Habitação	estimativo	119.584,89		
21223	ger. obras proj. setor 2				
	Sistema PPI Eng.	global	183.310,75		
21225	ger. obras proj. setor 2				
	Sistema PPI Eng.	estimativo	46.689,25		
21272	isc. obras				
	condomínio Eng. de Solos S/A	global	159.622,02		
21275	isc. obras				
	condomínio Eng. de Solos S/A	estimativo	90.377,98		
21349	lote 7				
	Via Engenharia S/A	global	333.300,00		
21361	lote 7				
	Via Engenharia S/A	global	44.400,00		
21363	lote 7				
	Via Engenharia S/A	estimativo	8.880,00		
21373	lote 7				
	Via Engenharia S/A	global	52.772,50		
21376	lote 7				
	Via Engenharia S/A	estimativo	10.554,50		
21388	lote 7				
	Via Engenharia S/A	global	94.425,00		
21391	lote 7				
	Via Engenharia S/A	estimativo	85.547,00		
21397	lote 8				
	Via Engenharia S/A	global	250.000,00		
21416	lote 8				
	Via Engenharia S/A	global	475.000,00		
21296	Lote 1				
	Villanova Eng. Des. Ambiental S/A	global	500.000,00		
21303	Lote 1				
	Villanova Eng. Des. Ambiental S/A	global	250.000,00		
	TOTAL DO GABINETE		55.290.870,46		
	TOTAL DE SERVIÇOS		55.290.870,46		
	TOTAL GERAL DE COMPRAS E SERVIÇOS		55.314.001,06		
5484	CL012007 - serv. tel. fixa				
	A.Telecom S/A		127.653,53		
5468	CL012007 - loc. manut. equip.				
	A.Telecom S/A		69.399,70		
8081	CL3008 - água; água mineral				
	Brooklin Água & Alimentos Ltda		15.114,00		
	TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO CANCELADAS		212.367,23		

Depto. de Controle do Uso de Imóveis

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS-CONTRU-1

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados abaixo, nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma físico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.M.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termo do prazo parcial fixado no cronograma físico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.423 de 01 de abril de 1992.

PROCESSO: INTIMADO; ENLDEREÇO:

2007-0.395.636-8 CONDOMÍNIO EDIFÍCIO JOVIANO DE MORAES, R. URUSSUÍ, 292/300/308.

2008-0.159.216-6 REAL CASTILHA HOTEL LTDA, R. DOS TIMBIRAS, 472.

Superintendência de Habitação Popular

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO 2007/2009
Data da Reunião: 19 de novembro de 2008
Local: Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania - Pátio do Colégio, 184

No dia 19 de novembro de 2008, às 14h00, reuniram-se nas dependências da Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, no Pátio do Colégio, 184, Centro - São Paulo, para a 6ª Reunião Ordinária do CMH - gestão 2007/2009, os seguintes membros conselheiros: Sr. Elton Santa Fé Zacarias, Presidente do Conselho Municipal de Habitação e Secretário Interino da SEHAB; Sr. Elisabete França, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Habitação e Superintendente de Habitação Popular; Sra. Violela Saldanha Kubrusly, Sra. Nancy Cavallette da Silva, Sr Felinto Carlos Fonseca da Cunha e Sra Ana Lucia Sartoretto (representantes de SEHAB); Sr Walter Abraão e Sr Flávio Lanteme (representantes da COHAB-SP); Sr. André Luis Gutierrez Pereira (representante da SEMPLA); Sr Paulo Delgado (representantes da SIURB); Sra. Marilza Sesoko (representante da SF); Sr Osvaldo Passadore (representante da SMTRAB); Sr Silvio Eduardo M. Figueiredo (representante da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Sr. Healthy Kobashi (representante da CDHU); Sr. Rogério Henriquez Gliardini (representante da CEF); Sr Julio César Delgado (representante do PROCENTRO); Sra Vera Eunice Rodrigues da Silva e Sr. Ricardo Marques Carneiro (representantes da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste); Sr. Pedro Ricardo de Alencar (representante da União dos Movimentos de Moradia Indígenas da Zona Sul de São Paulo); Sra. Maria José da Silva Carvalho (representante do Conselho das

Sociedades Amigos de Bairro da Região de São Miguel, Itain Paulista e Ermelino Matarazzo); Sr. Sidney Antonio Euzébio Pita (representante do Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo); Sra. Evania Lopes Rodrigues (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I), Sra Maria Izilda Camilo (representante da Associação dos Sem Terra da Zona Norte); Sr Ismael dos Santos e Sr Nelson Barboza Nunes (representantes da Associação Comunitária Barro Branco IV); Sra Felícia Mendes Dias (representante do Movimento Social - MOHAS); Sr. Manoel Martinho Pereira Lima (representante da CIPROMP-SP); Sr Marco Luiz Balbino (Associação Comunitária Barro Branco III); Sr. Nelson da Cruz Souza (representante do Movimento Sem Terra do Centro - MSTC); Sra Solange Norberto da Silva (representantes do Fórum dos Mutirões de São Paulo); Sra Antonia Cleide Alves e Sra Solange Cervera França (representantes da União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco - UNAS); Sr Nivaldo Silva Santos e Sra Maria do Carmo Silva (representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM); Sra Mônica Bueno Lema (representantes do Centro Universitário Belas Artes); Sra Mariângela Portela da Silva (representante do SASP); Sr Ricardo Casal Loureiro e Sr. Alberto Tomita (representante do Sindicato dos Corretores de Imóveis de São Paulo - SCIESP); Sr Darci Pinto Gonçalves (representante do Sintracon-SP); Sra Rosilene Carvalho Santos (representante do SINDUSCON); Sr Flávio Domingos Prado (representante do SECOVI) Sr Ricardo Gaboni (representante da GRAÓ - Grupo de Assessoria para Ações Sustentáveis); Sr. Caio Santo Amore de Carvalho e Sra Heloisa Diniz Resende (representantes da PEABRU - Trabalhos Comunitários e Ambientais); Sra Sonia Regina Mercado (representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT); Sra Fabiana Alves Rodrigues (representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Sra Tânia Maria Ramos de Godói Diniz (representante do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS-SP) e Sr Demóstenes Lopes Cordeiro (representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB). Apresentaram justificativa de ausência os seguintes conselheiros: Sra Rosana Helena Miranda (representante suplente de SIURB); Sr. David Vitul Brasil Ventura (representante suplente do Centro Universitário Belas Artes); Sr Paulo Romeiro (representante titular do Instituto POLIS) Participaram também os seguintes convidados: Sra Beatrice C.O Gonçalves (Jornal O Estado de São Paulo); Sra Nidia Coslipo (Movimento de Moradia Vitória do Belém -Centro) Sra. Mariza Alves (Leste 1 - UMM); Sra Lilian H Tacaocia (Grão Assessoria); Sr. Rubens Marcelino, Sr. João Torquato da Silva, Sra Leopoldina da Silva Maia; Sr. Miguel, Sra Maria Esmeralda S. Danola, Sr Pedro Carlos Ruiz (Assoc. Com. da Região Centro); Sra Mariroh Lerctz (Comunas Urbanas MMMFLM); Sr Jefferson Borges (MSTC); Sr Tércio G Faria NUNES (MMC/Ação Cidadania); Sra Maria da Conceição e Sra Maria Neusa (Movimento de Moradia da Zona Oeste). A reunião é iniciada pela Sra. Elisabete, que informa que o Sr Presidente da COHAB em Brasília, contando a Caixa Econômica para trazer recursos para COHAB, informa que esta reunião é a última do ano. Sr. Elton informa que há assuntos extra pauta, para o Conselho analisar: uma solicitação de voto da Conselheira Evania, para obra do Jaraguá Fil - um mutirão do CDHU. Colocada em votação, a Ata da 5ª reunião é aprovada. O item seguinte - Solicitação de Voto n.º 35/2008, para Aditamento ao convênio nº 428/9/V assinado com Associação dos Moradores do Chácara Bela Vista, para conclusão das obras de edificação e infra estrutura condominial - é apresentado pelo Conselheiro Flávio Lanteme. "Eu sou Flávio Lanteme da diretoria técnica da COHAB, e ao longo deste mês entendemos que estes dois assuntos deveriam ser trazidos para debate com os senhores. A primeira solicitação de voto (refere-se) a finalização das obras do Jardim Bela Vista. É um empreendimento por mutirão, localizado em Santo Amaro em frente ao cemitério: 160 unidades habitacionais sendo que 40 já estão concluídas; as demais 120 estão em pleno período de execução e com atividades de toda natureza. A Associação dos Moradores do Jardim Bela Vista entrou com um pedido de Aditamento, pleiteando a inclusão de serviços tanto para edificações como para infra estrutura condominial. Dentre esses serviços identificamos itens claramente necessários para terminar a obra, que se referiam a complemento de serviços, ou melhor, serviços necessários para tornar habitáveis as unidades e completar as instalações, tanto das edificações como da infra estrutura, pois o orçamento básico não contemplava, por exemplo, as caixas d'água, o sistema de combate a incêndio e corrimão - exigências da legislação atual. O capítulo estrutura tinha deficiências quanto às quantidades envolvidas, que foram comprovadas na execução dos trabalhos e isso estava se traduzindo em déficit, apontado mês a mês. Nós também fizemos alguns ajustes com a realidade atual do empreendimento, na repartição entre mão de obra mutirante e entre mão de obra contratada e entendemos como oportuno que esses itens sejam contemplados no Aditamento. A unidade habitacional passará ao valor de 31 mil - base dezembro de 2003 - superando o valor teto estabelecido pela Resolução nº 8. Por esse motivo, nos entendemos que devemos trazer para avaliação do grupo. A solicitação é de autorização para o Aditamento ao convênio assinado com a associação dos moradores do Jardim Bela Vista para conclusão das obras de edificações e infra estrutura condominial, na data base dezembro de 03, num importe total de 697, seiscentos e noventa e sete mil reais, perdão, base junho de 2003. Trazendo para hoje, esse valor está estimado em um milhão e dez mil reais. Percebemos que algumas atividades foram transferidas para mão de obra contratada, o que gera custos e acaba comprometendo a própria continuidade dos serviços pendentes. Então, resumindo aqui, esse convênio com Aditamento passaria de quatro milhões cento e vinte e dois mil para quatro milhões oitocentos e vinte mil, o que representaria em valores de hoje - estimados - em seis milhões quatrocentos e trinta e três mil reais. E o valor da construção, em P0 junho 2003 passaria a trinta mil cento e trinta reais, que em valores atualizados seriam quarenta mil duzentos e oito reais. O que estamos trazendo para vocês é um valor a ser autorizado de um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil". Sr. Elton retoma e abre a palavra para que os conselheiros tirem suas dúvidas. Sra Vera: "Vera Eunice do Movimento de Moradia da zona oeste, Associação dos Trabalhadores. Quantos metros quadrados tem essa unidade?". Sr. Flávio: "Se não me engano são 48 metros quadrados". Sr. Ricardo: "Qual é a Assessoria Técnica que está trabalhando no empreendimento?". Sra. Sonia informa que é a CEP. Sr. Elton encaminha para votação e a solicitação é aprovada. Segue para a próxima Solicitação de Voto n.º 36/08: autorização para realização de despesas necessárias a contratação de obras e edificação de infra estrutura condominial para 50 unidades habitacionais integrantes da terceira etapa do convênio com a Associação Comunitária Vida Nova. Solicita que o Sr Flávio cite suas explicações. Sr Flávio: "Empreendimento Barro Branco, também na Cidade Tiradentes: nós estamos falando

de uma parte de um empreendimento composto de 50 unidades habitacionais na Rua Alfonso Austeroraro, Sub Prefeitura da Cidade Tiradentes. A construção dessas 50 unidades representa a etapa de um convênio que foi firmado com essa Associação Comunitária Vida Nova em 1990, que tinha como objeto principal construir 180 unidades, das quais 140 já foram construídas restando, portanto 50 unidades. Esse empreendimento já foi trazido para esse grupo em abril de 2007. (Naquele momento) foi procedida autorização para contratação de recursos da COHAB para essas obras, considerando-se um montante estimado de quarenta e dois mil reais, proveniente da utilização de recursos dessa dotação indicada. Aqueles recursos foram imaginados em abril de 2007 hoje já não são suficientes, ou seja, atualizando as tabelas esse orçamento da obra previsto está indicando cinquenta e dois mil, cento e trinta e cinco reais. Por esse motivo é que nós estamos trazendo para cá. Nós queremos ter levado para a CDHU, debatemos no final do ano passado, até meados desse ano e o empreendimento Barro Branco Vida Nova não pode ser regulamentado ainda esse ano. Então a gente entende que pode prosseguir com este empreendimento utilizando recursos do FMH, dessa conta retorno de comercialização, com valores que estão disponíveis. Falando de outra maneira: com a reorganização orçamentária que permite que a gente execute, por exemplo, aquela obra de regularização do Jardim Miriam, esta possibilidade foi aberta e a gente entende que esse empreendimento tem plenas condições de prosseguir. Estamos pedindo autorização para as despesas necessárias a contratação das obras de edificação e infra estrutura condominial para 50 unidades habitacionais, que corresponde à terceira etapa do Convênio com Associação Comunitária Vida Nova, no valor de dois milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta reais, e pedir autorização aos senhores e das senhoras para utilizar os recursos da conta de retorno de comercialização do Fundo. Valores anuais: aporte de cinquenta e dois mil, cento e trinta e cinco reais por unidade e para 50 unidades dois milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e cinquenta reais. Temos sentido essa realidade, essa dificuldade no planejamento e na (organização do) orçamento das obras, (no caso de) empreendimentos com poucas unidades habitacionais. O balanço entre infra estrutura e edificações não é o mesmo daquele onde, por exemplo, a gente tem mais unidades habitacionais. Isso acaba refletindo sobre o custo da unidade". Sra. Elisabete passa para o debate. Sra. Evania: "Temos que fazer um trabalho em relação a quanto custa efetivamente construir na cidade de São Paulo. Nós estamos falando aqui sem a questão de terreno; estamos falando só da questão de edificação e de infra estrutura. Nos custa bastante estranhoso esse valor; não consegui entender porque um valor tão alto se é uma obra que vai iniciar agora. A gente tem alguns comparativos, por exemplo, a própria CDHU está contratando, e o ruim é que a gente vai trazer mais a frente na pauta, a CDHU contratou por 26 nós estamos pedindo um aporte de dez pra chegar a 36 mil não é? Então (queríamos) entender um pouco porque chegar a um valor desse tamanho de 52 mil. Não é que 52 é muito ou é pouco, não é o valor em si, se ele é muito ou se ele é pouco, mas porque, qual é justificativa para gente ter essa dimensão de valor para gente poder trabalhar com mais clareza e com parâmetros mais equânimes para a produção habitacional. Ou seja, é por questão de projeto? É o local? A outra questão: vai se contratar uma empresa é a opção da Associação não fazer mais em regime de mutirão como foi contratado num primeiro momento? Sra. M. Izilda "Eu sou Maria Izilda Camilo do Sem Terra da Zona Norte, da UMM. Bom, eu exatamente ia falar dessa questão do custo. É um mutirão de 1990: eu queria saber, se esse mutirão está contemplado na Resolução 37, na questão da comercialização. E outra questão, é essa discussão de Convênio feito por mutirão passar para licitação de empreiteira? O custo disso garante a permanência da demanda do mutirão? Porque a demanda do mutirão é de um a dez salários mínimos, mas a gente sabe que não chega a três salários mínimos, então eu fico muito preocupada com essas mudanças. Fico preocupada também com o nosso movimento que em convênio firmado de mutirão, e se essa mudança descaracteriza a nossa parceria, nós não podemos nunca descaracterizar a nossa parceria, nós precisamos fazer discussão clara e aberta e de comum acordo". Sr. Ismael: "A preocupação nossa evidentemente que é assim: essa Associação iniciou em 90 com todos juntos, do Barro Branco não é? Todos os Barros foram constituídos em 141 unidades e agora ficou pendente nos quatro, os três Barro Branco, construir mais 50 unidades e esse Vida Nova optou pela verticalização de 50 unidades desses prédios. A pergunta é o seguinte: Eu estava fazendo uma conta básica aqui de 52.135, cinquenta e dois mil, cento e trinta e cinco se resumindo em 50 associados da 221 mil reais, desculpe, da 221 prestações, aí cai no que a Izilda falou agora. Será que um associado que está lá que ganha de um a dois salários mínimos, estourado três salários mínimos pode pagar uma prestação em cima desse valor dessa construção? A pergunta é essa. Nós realmente aderimos por um mutirão para que o pessoal pague uma prestação justa, honesta, mas uma prestação que possa pagar. Nesse valor de 52, cinquenta e dois mil reais e cento e trinta e cinco reais não se enquadra nenhum associado. Eu gostaria que a mesa explicasse isso. Conversando com o presidente dessa associação ele me disse o seguinte: que enviou uma carta em 2007, para COHAB, para que a COHAB fizesse regime dessa parceria igual vocês citaram o pouco, o Flávio citou o pouco com a CDHU. Ta certo? Não foi obtido a resposta evidentemente e que agora ele está surpreso porque não fizeram o convite para eles indicando que iriam fazer nessa condição. Inclusive eles pediram até que a gente falasse isso pra vocês, à mesa, que fizesse o convite imediatamente a eles para explicar porque não estava inscrito no CDHU e não foi possível, e se esse recurso vai ser construído pela COHAB ou se esse gerenciamento continua pela Associação. Porque até agora eles não tiveram uma resposta efetiva no convênio deles". Sr. Nelson: "A pergunta é o seguinte: O sistema popular de habitação a gente sabe que é complexo não é, e uma obra que começou em 1990, é até esperado que ela tenha esse preço estrabombico; eu creio que se fosse negociado de outra forma isso daí, poderia baratear mais. A outra pergunta seria o seguinte: de que forma a COHAB chamou esse pessoal das Associações e chamou os associados para vir debater de que forma seria discutido lá na COHAB? E quem foi que assumiu a mesa naquele dia conversou com esse pessoal e chegou a convencer esse pessoal que seria bom construir pelo CDHU? Ta certo? Isso já levou dois anos, portanto repetindo que o conselheiro Ismael falou, eu conversei também com o presidente da Associação ele me explicou o seguinte: Conseguiram convencer o pessoal que seria bom e que seria construído a melhor maneira possível esse conjunto (pelo CDHU). Ta certo? E ele encaminhou essa carta para COHAB e até hoje ele não teve a resposta, de que forma iriam ser tocadas as unidades. Agora, para surpresa dele, agora vem para o Conselho para gente votar esse valor (para utilizar na obra) e ele não tem ciência se é por empreiteira ou por mutirão. Eu tenho ciência que é pela empreiteira, ta certo? Se fosse pelo sistema popular tenho certeza que seria bem

mais em conta o valor que está sendo votado". Sr. Sidnei - "Boa tarde, sou Sidnei da Região Central UMM. Na verdade é mais a título de esclarecimento, porque acho que tem bastante dúvidas. A primeira pergunta: esse valor é com o valor da terra ou é sem a terra? Me parece que é sem a terra. A outra questão é que, na hora da decisão se as famílias decidiram ou não pelo mutirão com certeza se for fazer um cálculo através de mutirão o preço ele vai cair e muito. Então é mais a título de esclarecer porque tem dúvida quando coloca dentro da questão de custo da obra que é uma empresa que vai gerenciar, se é a outra parte ou para o mutirão. E lembrando assim que, acho que foi nas últimas reuniões do Conselho, uma das últimas, nós tivemos talvez uma discussão muito dura e muito forte: mesmo as casas prontas nós achamos que o valor máximo de um a três salários, de três a dez, seria por mutirão 24.900, vinte e quatro e novecentos. As famílias teriam condições de estar pagando realmente esse valor?". Sr. Elton passa para o Sr Flávio Lanteme fazer os esclarecimentos. Sr. Flávio: "Bom gente eu vou procurar responder com as informações que eu tenho ao meu alcance, algumas são de natureza comercial e eu não posso afirmar. Na minha opinião, esta certo quanto à interpretação, por exemplo, quanto à interpretação da resolução 37, a resolução 37 estou ajudando a viabilizar à companhia, a gente, digamos, de desimpedir, viabilizar efetivamente uma série de processos. Na área técnica a gente tem que dar prosseguimento a meios de comercialização. Acho que não se encaixa na resolução 37, a resolução 37 fala para obras concluídas até o final de 2000. Nós temos numa situação diferente aqui: tinha um convênio de mutirões de obras que não foram viabilizadas. Então essa é primeira colocação que foi levantada aqui. Sr. M. Izilda - "Só um aparte. A resolução diz convênios firmados por isso a pergunta, ela foi firmada em novembro". Sr. Flávio: "A leitura que eu estou fazendo, a leitura que eu estou fazendo da resolução 37 é essa interpretação: moradia até 31 de 12, (cujos moradores) já residam nas unidades habitacionais sem formalização. Então está respondida a sua pergunta. Você me conhece, eu sou a favor da produção eu acho que a gente tem que seguir. Bom, com relação à permanência da demanda, acho que a resposta é sim, acho que a resposta é sim, esse assunto pode ser debatido ta certo, como vai ser feito o desenho do (financiamento). Isso é uma coisa que o (diretor comercial) pode responder muito bem. Sobre o custo da unidade habitacional, veja bem, a gente está trazendo o assunto para debater: nós usamos tabelas da prefeitura, hoje, no passado e no futuro iremos usar. Os números, o valor que esta refletido no custo da obra, dividido por 50 unidades, esta levando a esse valor. Acreditamos que o mercado vai continuar praticando descontos como vinha praticando. Só posso alegar o seguinte: o custo neste momento é um valor relativo, a gente está lidando com uma estimativa de valor, que indica que a gente precisa de um aporte complementar para prosseguir com esse empreendimento. (Quanto a posição da CDHU): vários empreendimentos passaram por uma consulta às suas Associações para saber, dada a indisponibilidade do Fundo, se estas Associações nos permitiriam iniciar e prosseguir transativas com a CDHU, no sentido de financiar as obras com os recursos da COHAB e o prosseguimento com empresas contratadas. Esse trabalho foi feito. Sinceramente, nós posso responder a pergunta que foi feita pelo meu colega lá atrás, foi antes da minha chegada, não sei como isso foi conduzido, acredito que foi conduzido com bastante transparência. Eu me lembro que a gente tinha que discutir o convênio das obras uma a uma: nós temos o convênio Mãe, só que elas (as associações) tem que ser autorizadas e conveniadas uma a uma. Eu me lembro que, também por questões legais, esse assunto teve que ser encerrado, em junho ou julho do ano passado e a gente debata esse assunto quase diariamente. Conseguimos contemplar as últimas três obras naquela ocasião. O valor (apresentado) evidentemente não inclui o valor do terreno. Nas condições tratadas com as Associações, a ideia era prosseguir com a contratação de uma empresa construtora, lembrando uma das variáveis que foram colocadas na mesa, era essa, digamos, era essa a forma de prosseguimento. Foi colocado também, como uma variável para essa Associação, que apontava o caminho mais curto para viabilizar através da CDHU. Sr. Elton: "Dados os esclarecimentos, podemos passar a votação. Quem concorda com a proposta permanece como está quem discorda levante a mão. Sra. Elisabete: "É bom levantar o crachá branco, levantar a mão bem alto. 17. Vou contar de novo pra confirmar: 18 contra. Só a favor, levantando os crachás, levantando alto os crachás, 17, 18 e 17, 18 contra e 17 a favor. A Evania quer fazer declaração de voto. Sra. Evania: "Acho que não fala só por mim, mas pelos companheiros, nós não estamos votando contra o Projeto da Associação Vida Nova, achamos que a Associação Vida Nova tem um Convênio que tem que ser respeitado, nós queremos vir discutir com os companheiros talvez num GT Mutirão talvez seja o lugar mais adequado para esse processo e tem que eu vai se dar esse encaminhamento e podemos voltar a discutir esse assunto numa próxima reunião sem nenhum prejuízo". Sr. Elton: "Todos os que votaram contra concordam com a declaração de voto de Evania? Então esse assunto vai ser discutido no GT Mutirões. Bom, a próxima solicitação, é uma solicitação extra pauta para cobertura de uma despesa de venda trabalhista que foi colocado pela Evania. Evania Evania: "Primeiro, eu quero pedir desculpas: a gente mandou com dois dias de atraso em relação aos dez dias regimentais, quero pedir muitas desculpas por isso foi um problema mesmo de articulação para que isso acontecesse. O caso é o seguinte: o Mutirão Unidos Venceremos Inácio Monteiro, na Cidade Tiradentes, já tem algum tempo; foi assinado em dois mil (2000) e teve diversos problemas. Para iniciar a obra demorou muito e depois também não houve um fluxo contínuo de recursos, a gente teve algumas ameaças de assaltos, de roubo na obra, isso fez com que a Associação contratasse uma empresa de vigilância. A empresa de vigilância trabalhou um certo tempo na obra. Um trabalhador dessa empresa quando saiu da empresa, dizendo que não havia recebido o justo da empresa, entrou com uma ação judicial, ação trabalhista contra a empresa. A empresa, com de praxe, como costuma acontecer, sumiu no mundo. Então a Justiça do Trabalho entendeu que a Associação era co-responsável e acabou decidindo que a Associação é que deveria pagar a dívida trabalhista da empresa. Queria ressaltar bastante isso. Com a nova legislação, o valor foi retirado da Associação assim que houve recursos (em conta corrente), ou seja, assim que houve um repasse de uma parcela do Mutirão. Bom, estamos agora na véspera de fazer uma prestação de contas referente há esse mês e o fato é que não houve o gasto desse valor do Mutirão; esse valor foi apreendido pela justiça do trabalho e esse valor, portanto não teria como ser comprovado com os itens de mutirão. Não saiu para um item da obra e pelas normas em vigor - da prestação de contas - esse valor seria lançado. Isso acarretaria para a obra, que se encontra já na sua reta final, um prejuízo muito grande, que é bastante e que viria espichar mais ainda o prazo que já está bastante dilatado. A Associação está fazendo uma iniciativa muito importante que é uma ação entre amigos, entre os